

Desemprego e perda de arrecadação

Alex Ferreira/Câmara dos Deputados

Ex-presidente do Ipea mostra perigos da reforma da Previdência

As mudanças no sistema de aposentadorias propostas pelo governo podem elevar o desemprego e diminuir a arrecadação previdenciária do país. A previsão é do economista Márcio Pochmann, professor da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)** e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao lembrar que a partir da Constituição de 1988, o Brasil adotou um sistema de seguridade social mais amplo do que o que vigorava até então com o extinto Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), criado durante a ditadura militar.

Pochmann foi um dos convidados de uma série de audiências públicas que foram organizadas, nesta quarta-feira, pela comissão especial da Câmara dos Deputados, para análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, sobre a reforma da Previdência. Na



Pochmann: Previdência pode perder até 9% da sua receita

avaliação do economista, a diminuição da proteção previdenciária aumentaria a disputa por vagas no mercado de trabalho.

“As pessoas tenderão a buscar no mercado de trabalho o recurso que não terão do sistema de Seguridade. Isso significa mais pessoas disputando as mesmas vagas, o que resulta em queda nas taxas de salário. A queda nas taxas de salário repercute na contribuição à Previdência, que pode perder entre 7% e 9% da sua arrecadação”, estimou.

Para o economista, a reforma da Previdência apresentada pelo governo faria com que o sistema de

seguridade social retrocedesse ao antigo modelo. “A Previdência (da forma como é hoje) é a primeira experiência de alguma proteção às pessoas que não conseguiam viver no mercado de trabalho sejam deficientes, idosos e outros”, afirmou.

Pochmann foi convidado pelos deputados da oposição, contrários à PEC da Previdência. Nesta quinta-feira, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, falará pelo governo para defender a necessidade da reforma. Com a participação do ministro, estará encerrada a fase de audiências públicas na comissão especial.